

## ECONOMIA

A tendência da economia brasileira, a longo prazo, é de queda. O autor lista o rol das forças contrárias ao desenvolvimento e analisa cada uma delas.

Por RUBEN DARIO ALMONACID

# O PROGRESSO FICA PARA DEPOIS



Ruben Dario Almonacid



**E**m todas as economias há uma infinidade de forças agindo em diferentes direções, como consequência das decisões dos agentes econômicos e do governo. A boa arte do economista consiste em avaliar corretamente essas forças para tentar determinar quais são as dominantes e qual a direção que poderá predominar.

Os economistas têm o costume de observar os processos econômicos sob três pontos de vista: a longo, a médio e a curto prazo. É como se, visitando uma fazenda, primeiro a observássemos de avião (longo prazo). Segundo, ainda no ar, embora de mais perto. Por fim, já no chão, observando cada benfeitoria. Nos casos da fazenda, são três perspectivas de um mesmo processo. Na economia, o longo, o médio e o curto prazo não são exatamente a mesma coisa, mas entidades que se complementam. São forças que não se contradizem e que se aderem e se adicionam algebricamente.

Longo prazo, na economia, é um período entre 5 e 10 anos — o que em estatística se conhece como tendência. Pretendemos avaliar a tendência da economia brasileira. Foram produzidos alguns gráficos para ilustrar os aspectos mais significativos.

A perspectiva a longo prazo da economia brasileira é fundamentalmente de queda. Não é que o crescimento econômico vá ser negativo, mas, no futuro próximo, não deverá ser tão bom quanto o observado em décadas passadas. A longo prazo, o fator dominante é o peso da dívida externa, a que se adiciona a pressão que a dívida interna faz sobre as decisões de governo, principalmente na alocação de recursos.

Há também forças que são contrárias a um desenvolvimento acelerado da economia, como o aumento da carga fiscal — que vem ocorrendo nos últimos anos, na tentativa do governo de resolver o problema causado por seu déficit — e a questão emergente do pagamento de juros elevados no âmbito interno e externo.

Constata-se, além disso, um desarranjo institucional. Aspectos da política econômica que tinham uma tradição, uma estrutura, uma certa credibilidade, e que por terem sido mantidas por algum tempo serviam como parâmetro para organizar os mercados, foram sendo destruídos nos últimos anos. Pelo menos parcialmente deixaram de funcionar. O caso mais notório, talvez, é o da correção monetária, que permite dar uma certa proteção aos fenômenos observados na prática real da economia, isolando o fenômeno inflacionário. Lembro que, quando cheguei ao Brasil, no começo da década de 70, era relativamente simples comprar uma unidade habitacional. Qualquer um podia se candidatar ao Sistema Financeiro da Habitação com poucas exigências, bastando trazer uma renda, certa idoneidade etc. Era possível conseguir um financiamento de longo prazo para unidades habitacionais. Isso deixou de existir há alguns

anos. Primeiro, porque o governo insistiu em mexer na correção monetária, segundo, porque, apesar de na sociedade não faltarem agentes econômicos desejosos de fazer aplicações a determinadas taxas, a toda hora o governo impõe um novo controle, criando limitações extras para as aplicações em cadernetas de poupança.

Há um volume significativo de recursos. Ainda que sejam de médio ou curto prazo, esses diversos curtos prazos constituem um longo prazo, ou seja, os recursos têm uma certa estabilidade do ponto de vista agregado. Deveria ser permitido a esse tipo de recurso financiar o Sistema Financeiro da Habitação. Isso não ocorre apenas pelas diversas mudanças nas regras do jogo, pelas diversas mudanças feitas pelo governo, mas também porque as autoridades econômicas descaíram o lado ativo e o lado passivo do Sistema Financeiro da Habitação. Penso que o caso mais notável é o que vivemos hoje: as cadernetas de poupança rendem ao lado dos poupadores a taxa da LBC (que neste momento corresponde a algo como 20% em juro real para o mês de fevereiro da ordem de 15% ao mês, uma taxa totalmente incompatível com um financiamento de longo prazo). Do lado dos tomadores esses recursos têm sido mantidos sob a regra da correção monetária, que neste momento está congelada ou mais ou menos desestruturada. Acho que a indústria que mais sofre com esse desarranjo institucional é a construção civil, particularmente a construção civil para unidades de baixa renda. E nós estamos observando diariamente as invasões a construções feitas pelo governo por absoluta falta de unidades a preço de mercado, em condições de serem adquiridas pela classe baixa ou até mesmo pela classe média. Não existe hoje um sistema adequado para financiar habitação no Brasil, quando financiar habitação deveria ser uma prioridade, porque é um direito básico dos cidadãos.

Outro aspecto que leva a supor que a tendência a médio e longo prazo para o Brasil é decrescente advém do aumento dos encargos sociais. Ao longo dos últimos anos houve uma crescente tributação à atividade empresarial, à atividade de trabalho etc. Lembro que o INPS recebia contribuição social, nos anos 70, da ordem de 8%, mais ou menos. Hoje é da ordem de 16 a 17%, fora Finsocial etc. As empresas trabalhavam hoje com encargos sociais da ordem de 100%. Esses encargos não são nada mais nada menos do que um imposto sobre o trabalho, uma discrepância que o governo está estabelecendo entre o preço que o empresário vai pagar pelo uso do trabalho e o que o trabalhador vai de fato receber como retribuição pelo seu trabalho. Esse é um imposto e, na medida em que esse imposto existe, vai penalizar a atividade da empresa, o trabalho em si, a geração de empregos.

O último aspecto que integra o rol das forças contrárias ao desenvolvimento a longo prazo da economia nacional é o aumento de entraves ao funcionamento da economia. Temos hoje maior

incerteza, inflação mais elevada, e as regras do jogo têm sido mudadas com frequência ultimamente. Tudo isso leva quem deva tomar decisões empresariais a se retrair, ainda que exista uma perspectiva clara de rentabilidade numa determinada atividade. Mesque que, consideradas as regras vigentes do jogo, se conclua que existam investimentos rentáveis, um empresário provavelmente vai duvidar antes de assumir tal atividade, precisamente por supor que tais regras não serão mantidas amanhã ou depois. Essa incerteza, essa falta de credibilidade, essa falta de regras estabelecidas a longo prazo é elemento importante no processo de esgotamento da economia a longo prazo.

Tais são as forças que encontrei. Mas há alguns aspectos quantitativos que também devem ser considerados. A renda "per capita" do Brasil, em termos de dólares constantes, é hoje aproximadamente igual à renda "per capita" de 1970. Em perto de 20 anos mantivemos uma renda "per capita" constante. Não me refiro a dólares nominais, mas a dólares com poder aquisitivo aproximadamente igual ao de 1970.

O produto industrial do Brasil é, hoje, aproximadamente igual ao de 1980. O primeiro gráfico é o de nível do pessoal ocupado no Estado de São Paulo. Em termos absolutos, o nível é quase o mesmo observado em 1981. Oito anos depois, com o crescimento da força de trabalho ao ritmo de mais ou menos 3% ou 2,3% ao ano, estamos empregando aproximadamente a mesma quantidade de pessoas que em 1981. A tendência é para isso se agravar. Há evidência de que o nível de emprego está caindo, o desemprego está aumentando. Há dados do mês de janeiro mostrando a redução no emprego.

**O** segundo gráfico é o do nível de utilização da capacidade instalada na indústria. Para o mesmo período se observa a recessão produzida pelo constrangimento externo, a partir de 1981, a recuperação posterior com o ajustamento da economia e, novamente, a partir de 1987, uma redução do nível de utilização da capacidade instalada. Penso que a tendência neste momento ainda é de queda, provavelmente prometendo tornar-se ainda mais grave.

O terceiro gráfico é o do salário médio real. Ele apresenta uma pequena diferença com os índices normalmente observados. Essa diferença é dada pelo fato de que o trabalhador, ao receber o salário referente a fevereiro, vai de fato gastá-lo em março. Por isso, não usamos o índice de preços para fevereiro, mas para o mês seguinte. Ou seja, o mês no qual o trabalhador vai gastar o que recebeu. Quando isso ocorre (e nos últimos tempos houve um processo de inflação com aceleração relativamente intensa), o salário real, que normalmente se diz ter sofrido uma tendência

crescente, perde essa característica. Torna-se praticamente estável nos últimos tempos. Inferior ao vigente durante o Plano Cruzado. Mas evidencia uma tendência, nos últimos oito anos, de crescimento inferior a 3% reais ao ano.

No gráfico que mostra o saldo da balança comercial, vê-se um outro aspecto importante da tendência a longo prazo da economia brasileira. Penso que aí está onó da economia nacional. O Brasil, que até começo da década de 70 era receptor líquido de poupança externa, nesses últimos anos transformou-se em doador. Recebíamos recursos da ordem de 2 a 3% do PIB e hoje estamos tendo de transferir oficialmente uns 2 a 3% do PIB (talvez mais, dependendo da evolução do sistema de pagamento de juros). Mas a essa transferência formal, legal, para o sistema bancário, para a comunidade financeira internacional, pelos débitos da dívida externa, temos de acrescentar a transferência decorrente da ação dos agentes econômicos que querem proteger-se das mudanças institucionais na economia brasileira. Isso leva à fuga de capitais, que também corresponde a uma saída de recursos da economia brasileira. Talvez esses recursos sejam tão consideráveis quanto os formalmente transferidos, mas são de uma magnitude que não pode ser desprezada. As estimativas disponíveis são de que os saldos de recursos de propriedade de brasileiros no mercado financeiro internacional chegam a US\$ 40 bilhões, talvez mais.

O fato é que esse saldo da balança comercial, que nós poderíamos comemorar como um êxito, como um sucesso da política econômica por haver conseguido penetrar mais intensamente em outras economias, na verdade é um reflexo do sacrifício que a economia brasileira tem feito, a posição que tem suportado e cumprido para honrar os débitos da dívida externa.

Temos agora a uma série de gráficos: cruzado real, cruzado real com relação a dólar a longo e médio prazo e cruzado real com relação a uma cesta de moedas, além de câmbio versus salário. São quatro variáveis que indicam o que ocorre nos preços relativos da economia brasileira em relação ao resto do mundo.

**O** Brasil começou a ajustar sua economia às condições mutantes na economia internacional a partir de 1978. Simonsen, nessa data, deu início ao processo de ajuste com a política de minidesvalorizações reais ao nível de 1% ao mês. Esse processo não foi continuado, mas em 1979 nós tivemos a primeira maxidesvalorização, em 1983, a segunda, seguindo-se uma terceira etc. Todo esse esforço para ajustar os preços relativos da economia brasileira — de tornar os bens brasileiros mais acessíveis à economia internacional, para dessa forma contribuir para pagamento dos juros — custou ao país cinco a seis anos de transformações.

Em 1983 houve uma tentativa de ajustar o poder aquisitivo do dólar na economia brasileira. Nós saímos de um índice de mais ou menos 100, em 1970, para um índice de mais ou menos 130, em 1983. Todo o êxito alcançado é uma consequência desse ajuste da taxa de câmbio real da economia nacional. Esse valor foi mantido em 1984 e 1985, isto é, a economia prosseguiu dentro desses índices relativos.

Observe-se que esses processos são muito demorados. O ajuste da economia como reação a uma mudança de preços relativos não ocorre imediatamente. As indústrias têm de ser adaptadas, têm de ser criados canais de comercialização, tem de haver credibilidade de que essa política de exportação vai ser sustentada etc.. Quando se constata que esse saldo da balança comercial demorou alguns anos para se tornar significativo, para tornar-se palpável, conclui-se que há defasagens na implementação da política econômica internacional.

A partir de 1985, o Brasil vem desajustando todo o esforço feito durante cinco anos. O índice de paridade do cruzado com o dólar, nos dados de fevereiro, é mais ou menos de 83. Quer dizer: nós estamos aproximadamente 7% inferiores ao melhor momento da economia brasileira, quando estávamos recebendo um fluxo significativo de recursos da economia internacional. Nesse período nós revalorizamos o cruzado na ordem de 30%. Penso que um agravante nesse processo pe o fato de que durante muito tempo a economia brasileira tinha uma regra de absoluta credibilidade, que era o respeito à paridade do poder de compra. Todo exportador, todo industrial, todo produtor sabia que não importava o que acontecesse com a inflação ou com as condições gerais da economia brasileira, a regra de paridade seria respeitada, os preços relativos internos e externos seriam mantidos. Isso lhes permitia uma programação a médio e longo prazo, ou seja, fazer planos para exportar, para crescer, para investimentos orientados para a economia internacional.

Mais recentemente houve uma mudança nessas condições de preços relativos e uma modificação no sistema institucional. Alterou-se a regra de determinação da taxa de câmbio. O congelamento recente é, evidentemente, de curto prazo. Espero que seja modificado em breve. Mas criou um precedente perigoso, que não é bom para a economia, a longo prazo. Penso que diversas economias, em circunstâncias várias, usaram o câmbio como instrumento para conter a inflação. Mas isso não é bom para o funcionamento da atividade empresarial.

É a segunda vez que o Brasil utiliza (pelo menos nesse período de tempo em que aqui vivo) o câmbio como instrumento de controle de inflação. A experiência de 1980 foi desastrosa. A prefixação do câmbio em 1980 ao nível de 50% (descontinuada muito antes do vencimento do prazo estipulado, por se haver percebido a gravidade dos desajustes) e agora no Plano Verão.

O gráfico evidencia o cruzado real num horizonte mais curto, a partir de 1986, e mostra que praticamente em todo o governo atual houve a tendência de revalorizar o cruzado. Tais elementos não refletem plenamente a atividade econômica no Brasil. Penso que neste momento a revalorização relativa do cruzado é a força dominante durante a tendência de recessão que teve início em meados do ano passado.

Um gráfico demonstra a situação do cruzado em relação a uma cesta de moedas em que entram os principais parceiros econômicos do Brasil (Alemanha, França, Inglaterra, Canadá, Japão, Argentina e Estados Unidos). Nele se vê o que ocorreu com o poder de compra dessas economias no Brasil, dado que é ponderado com o comércio de cada uma delas em relação a nosso país. Observa-se claramente a tentativa de ajuste do Brasil a partir de 1978. O resto é reflexo dos ajustes ocorridos na economia internacional entre o dólar e outras moedas. O quadro do último período deixa patente a perda de compatibilidade do Brasil em relação a essas economias.

O próximo gráfico é o da relação câmbio-salários. É uma tentativa de mostrar o que está acontecendo com a relação entre a taxa de câmbio e a taxa de salário que as empresas têm de pagar para produzir os bens que vão ser exportados. Nele se vê que a partir de 1984/85 há uma tendência à queda do câmbio com relação aos salários. Quer dizer: existe uma relação importante entre o preço do produto que está simbolizado pelo câmbio, o preço pelo qual as empresas podem vender o produto final e o preço de um dos insumos importantes que eles vão ter, que é o salário, refletindo o custo da mão-de-obra. Na medida em que a relação preço do produto/preço do insumo se modifica para pior, isso significa que a competitividade da indústria brasileira tende a diminuir.

Dados recentes do que está ocorrendo no comércio brasileiro servem para ilustrar a perspectiva num período mais curto. Em geral, os números tendem a refletir com muita defasagem o que realmente está ocorrendo. Quando se diz que o saldo da balança comercial do Brasil em 1988 foi de US\$ 19 bilhões, isso reflete o que aconteceu na média dos últimos 24 meses. É a comparação de todo o ano de 88 com o ano de 87. Se no começo de 88, comparado com o início de 87, houvesse uma modificação favorável, esse índice a refletiria. Nas se ocorreu alguma coisa, algum equívoco, em janeiro de 87, ele apareceria. Esse indicador da balança comercial reflete condições médias nos últimos 24 meses. Para obter índices mais apurados que reflitam o que ocorreu num passado mais próximo — o último semestre do ano passado, o que está ocorrendo agora —, é preciso trabalhar com séries atualizadas. Ao invés de 12 meses contra 12 meses, considera-se um período de 2 a 3 meses, comparado com 2 ou 3 meses anteriores. Para evitar o efeito da sazonalidade, que em muitos casos é importante e deformaria a informação, o jeito é retirá-la. As séries são dessazonalizadas e anualizadas. É a mesma noção que existe em mecânica entre a velocidade média de um corpo e a velocidade marginal, na qual está de fato um corpo se movimentando num instante qualquer. Ou a distância percorrida versus velocidade.

O saldo do setor externo do Brasil no ano passado, em taxas de crescimento anualizadas e dessazonalizadas, apresenta os seguintes valores: as importações/importações, no primeiro trimestre, cresceram 13,9%; caíram 3,5% no segundo; aumentaram 35,3% no terceiro; e decresceram 27,8% no quarto. No mesmo período, as exportações foram de mais 31%, mais 54%, mais 49% e menos 34%.

Na mesma ordem de idéias, as exportações de produtos industrializados foram de mais 43%, mais 112%, mais 2,4% e menos 37,5%. As exportações de produtos básicos, menos 3,3%, mais 44%, mais 70% e menos 25%. Todos os indicadores do quarto trimestre do ano passado mostram uma forte desaceleração do comércio exterior brasileiro.

No período de recuperação iniciado a partir de 1965, a força motora desse processo foi o aumento do saldo da balança comercial, o aumento do comércio exterior. A redução da atividade externa deve ser o motor que está produzindo a desaceleração do emprego.

A visão a curto prazo da economia brasileira é um pouco mais turva. A longo prazo a visão é pior do que nós observamos no passado. A médio prazo ela também é pior, em consequência do que está ocorrendo com o câmbio, com a relação câmbio/salário e com o nível de atividade industrial orientada para o exterior. A curto prazo, há forças que tendem a produzir uma recuperação industrial e há forças que tendem a agravar o nível de atividade. Não há, naturalmente, um diagnóstico definitivo. Mas podemos desde já constatar nesse passado recente um aumento considerável da expansão monetária. Esse crescimento da liquidez está associado, normalmente, a uma recuperação da atividade econômica, enquanto ela não pode ser repassada a preços. Quando o aumento de liquidez não se canaliza para aumento de preços, em aumento de inflação, seja porque existam congelamentos, seja porque as expectativas dos empresários e dos agentes econômicos em geral não se refletem em aumento da inflação, provavelmente ele vai desaguar em atividade industrial, em maior atividade econômica.

Penso que todos nós estamos observando neste momento conflitos com relação ao que está acontecendo nos diferentes setores industriais. Nosso colega Abram Szajman disse aos jornais, nestes dias, que em janeiro houve um crescimento real da ordem de 7% e em fevereiro de 6%, no comércio.

**Almonacid** — De qualquer forma essa recuperação pode ser consequência do fato de que há um temor de descongelamento. Penso que alguns agentes econômicos estão agindo em função de um possível descongelamento, o que implica que os preços tenham um aumento significativo. Em muitos casos isto está levando a uma antecipação de compras e pode ser um dos indicadores dessa provável recuperação da atividade econômica. Há essa possibilidade, como ocorreu no Plano Cruzado. Também há a probabilidade de um surto especulativo: as pessoas sentem a possibilidade de que haja desabastecimento e antecipam as compras.

O fato de haver uma provável queda salarial real nesse processo, pelo vetor e pelos ajustes não completos de salários, pode significar que para os empresários há uma redução de custos. Isso pode viabilizar uma recuperação da produção, seja para o mercado interno, seja para o mercado externo. Quais os fatores que agem na direção contrária, contribuindo para agravar o processo excessivo? Há juros excessivamente elevados. Todos sabemos que, com esse congelamento ou com a restrição ao ajuste de preços a níveis próximos de zero, juros da ordem de 20% ao mês são fortemente recessivos.

**E**u acredito que se houver credibilidade com relação à sustentação dessa política de juros elevados é claro que essa força seria dominante e o processo seria liquidamente recessivo. Valeria a pena desativar a compra de qualquer coisa e aplicar no "over". Nenhuma indústria, em nenhuma circunstância, seria capaz de produzir rentabilidades comparáveis a 15%, 14%, 13% reais que o mercado está dando hoje.

Um segundo elemento que pode ser prejudicial ao processo produtivo é o desarranjo de preços relativos. À véspera da implantação do Plano Cruzado houve reajustes significativos em diversas matérias-primas importantes e muitos desses aumentos não foram repassados da indústria para o comércio. Há um descompasso na implementação do Plano Verão, e isso pode vir a impedir o funcionamento de alguns mercados. Sabemos que a indústria produtora de caminhões, tratores, máquinas agrícolas está parando porque o custo de produção é incompatível com o preço de venda. O Sauer está afirmando que provavelmente vai ter de tomar alguma providência, porque a indústria automobilística enfrenta uma defasagem de 20 ou 30%. Há um desarranjo de preços relativos importante na economia, na forma como foi implementado o Plano Verão, e isso vai produzir falhas em algumas indústrias. Necessidade de férias coletivas, paralisações parciais. E pode prejudicar o índice global de produção.

Um ótimo elemento importante é a redistribuição de riqueza que ele introduziu. A correção monetária foi eliminada ou congelada. Não sei exatamente. Mas de qualquer maneira penalizou o detentor da poupança financeira, que havia acreditado nas instituições brasileiras, fundamentalmente o aplicador em CDB. Esse foi o grande perdedor do Plano Verão. Mas penso que essa providência produziu danos a médio e longo prazo acerca da credibilidade das instituições brasileiras muito mais graves do que os números frios parecem indicar. A curto prazo, está havendo a "operação catraca", isto é, o refluxo de capitais internacionais, de capitais especulativos que se aproveitaram desses juros elevados. Não são refluxos a médio prazo. São apenas transitórios para se aproveitar de um processo especulativo de curto prazo. No momento em que as perspectivas de juro retornarem para perto das condições normais que uma economia pode sustentar, esses capitais voltam, eu acredito, para seu local de origem.

Os criadores do Plano Verão tinham a idéia — suponho — de que esse congelamento fosse de prazo muito curto. Março já seria o mês em que o



COMPORTAMENTO

A droga vem perdendo a aura antiga de produto diabólico e pecaminoso. E vampiriza assim legiões de vítimas que buscam o êxtase quimicamente condicionado, diante da falta de visão unitária da vida.

Por GILBERTO DE MELLO KUJAWSKI

# PERVERSA SUBSTÂNCIAS DO ÊXTASE

A discriminação começa nas palavras. Álcool, tabaco são palavras moralmente neutras. O mesmo não ocorre com “droga”, “tóxico”, “entorpecente”, “estupefaciente”, nomes carregados de reprovação moral e social. Seriam os danos físicos, morais e sociais produzidos pelo álcool, inferiores ao poder corrosivo de qualquer tipo de droga? Todo mundo sabe que não. Por que o uso do álcool é livre em nossa sociedade ocidental, e só o tóxico aparece como vilão, perseguido e reprimido implacavelmente pela moral, pela polícia, pela justiça? Por que tamanha prevenção contra a droga?

Por incrível que pareça, tais indagações nunca foram levadas muito a sério, nem radicalizadas como deveria ser. Todos sentem o parentesco entre o entorpecente e o álcool, mas ninguém explica claramente por que o uso do álcool é livre e irrestrito, e por que a droga sofre tamanha repressão, não só nos países capitalistas, como – pior ainda – nas repúblicas socialistas. Afinal, o que há de errado com a droga?

Uma hipótese – nada mais que uma hipótese – seria a de que a ingestão de bebidas alcoólicas, como o vinho, a cerveja e os destilados está originariamente associada com a absorção dos alimentos, com o ritual da nutrição. O vinho é tradicionalmente consumido com o pão. Pão e vinho formam dupla inseparável, inclusive na liturgia da comunhão onde aparecem santificados. A cerveja, especialmente o chope, com sua generosa espuma, já mereceu o nome de “pão líquido”. E os destilados são servidos como aperitivo ou como digestivo, antes e depois das refeições. Mesmo a bebida desacompanhada de qualquer alimento, está a este associada no inconsciente coletivo. A bebida avulsa funciona ela própria como alimento, o que é verdade especialmente para o alcoólatra, que quase não come, e só se alimenta do álcool de modo compulsivo e em caráter de dependência orgânica.

A associação entre o álcool e a comida serve para absolvê-lo socialmente, emprestando à embriaguez a escusa de mera transgressão “doméstica”, compreensivelmente tolerada, ainda que o abuso das libações alcoólicas responda pelos incidentes os mais violentos e pelos sinistros automobilísticos de consequências muitas vezes fatais. Já as drogas, que originariamente servem para uso medicinal, como a morfina e a cocaína (empregadas como anestésicos), ao serem desviadas como substâncias de prazer, sofrem grave descaracterização, revestindo-se de franca perversidade. É o caso do lança-perfume, servindo inocentemente nos festejos carnavalescos, até que se descobriu todo seu poder inebriante, provocando imediata reprovação moral e conseqüente repressão policial. A contrário do álcool, mascarado socialmente de alimento, o tóxico se converte aos olhos de todos em “veneno”, inoculado no organismo individual para destruí-lo e no organismo social para deteriorá-lo irremediavelmente.

Pois bem, ocorre que esta colocação deixou de valer para as novas gerações. Explica-se: é que a

droga passou rapidamente de privilégio restrito às elites endinheiradas para o amplo consumo de massa. Calcula-se que só nos Estados Unidos a população drogada oscila de 15 a 25 milhões de pessoas, cerca de 10% dos habitantes daquele país. A droga é hoje consumida por multidões sem conta de usuários, tal como a coca-cola, o chocolate e os tênis; com a mesma inocência com que se experimenta a coca-cola, o chocolate e os tênis. Dia a dia a droga vem perdendo a antiga aura de produto diabólico e pecaminoso. Fumar maconha ou marijuana é considerado tão natural como fumar cigarros de nicotina. Cheirar cocaína ou injetar heroína nas veias é visto como coisa tão ordinária quanto a natação ou a prática do **cooper**. A inversão dos padrões chega ao ponto de ser visto como “careta” e excluído do bom convívio entre os colegas o estudante que ao menos uma vez não provou uma cheirada, um “fumo”, ou uma picada. Como se explica tamanha mudança de atitude, tamanha inversão de valores resultando na franca assimilação social da droga pelas gerações mais jovens? Esta pergunta só tem a devida resposta, se recordarmos qual é a visão do mundo predominante entre os jovens de nosso tempo de crise, nesse conturbado final de século, caracterizado pela insegurança coletiva e pela pulverização dos padrões de conduta, do usos e das crenças em que se apoiava a vida das gerações mais velhas. Veremos, então, que a droga se compagna perfeitamente com a **linguagem** vivenciada coletivamente no trato das massas urbanas com o mundo.

Todo tempo de crise é marcado pela fragmentação e pela **descontinuidade**, pela falta de visão unitária do mundo e da vida. Descontinuidade entre o passado e o presente, entre a teoria e a prática, entre o fato e o direito, entre a circunstância e o projeto, entre a razão e as coisas etc. etc. A vida cotidiana, a política, as artes e a ciência refletem claramente essa descontinuidade. Assim é que a representação científica do mundo assinala-se pela descontinuidade no curso de todo o século XX, contrariando a representação clássica do universo, vigente por exemplo, no século XVII, quando o princípio de continuidade de Leibniz representava a natureza de modo cerradamente contínuo, com todas as peças interligadas entre si. Esta representação sucumbiu à teoria dos quanta. E a fórmula einsteiniana de unificação da luz, do magnetismo, da radiação e da gravitação permanece em suspenso, sem nenhuma comprovação.

A visão fragmentada de nosso século interfere diretamente em nossa forma corrente de vida e de conhecimento. A forma de conhecimento consagrada em nossos dias é a **notícia**, visão puntiforme e desconexa das coisas, secundada pela **estatística**. O veículo preferencial das notícias é a televisão, que nos coloca de imediato em meio às coisas, graças à força de

imediatez das imagens. Só que a imagem na TV, longe de somar-se com a imagem seguinte, é **negada** por esta, produzindo um corte na seqüência que se torna essencialmente descontinua no vídeo e a cena presente é negada pela seguinte e assim sucessivamente, suscitando no telespectador constante frustração no acompanhamento dos noticiários. Pois bem, a televisão não está sozinha no culto contemporâneo da descontinuidade. O automóvel, ao nos desenraizar de nossa circunstância espacial, nos transporta a outros espaços nos quais não podemos nos demorar, mas que devem dar lugar a outros espaços sucessivos, em estonteante desconexão com os primeiros, produzindo vertigem tanto maior quanto maior a velocidade. O automóvel já não serve para nos transportar de um ponto a outro, mas para atravessar velozmente os lugares, negando-os todos em função dos lugares seguintes, numa ciranda interminável. O automóvel e a televisão se completam na ânsia da vivência descontinua em que se transformou a passagem do homem pela Terra. Nenhuma diferença essencial entre estar frente ao vídeo, hipnotizado pela rápida sucessão das tomadas, e estar a bordo de um carro em disparada pela rua ou pela estrada. Finalmente, nenhuma distinção entre a descontinuidade automobilística e televisual, e a descontinuidade dos sonhos, sensações e visões proporcionada pelo contato com a droga, que desfaz o mundo num mosaico de experiências fragmentadas e desconexas entre si. Automóvel, televisão e droga perfazem um circuito integrado no aturdimento de nossa civilização doente, dominada pelo dinamismo compulsivo da errância sem finalidade, que se embriaga vertiginosamente consigo mesma; integração de nosso movimento de fuga de uma realidade cada dia mais opressiva e torturante, na qual as maiores conquistas da tenologia se transformam, ao longo do tempo, nas maiores dificuldades para viver com liberdade e plenitude; o automóvel é sinônimo de congestionamento e poluição, a televisão é instrumento de massificação e de intoxicação psíquica. O automóvel é a fuga para a frente

(Gusdorf), a fuga horizontal, a televisão é a fuga imóvel, hipnótica, e a droga, a fuga vertical, rumo ao céu ou ao inferno. Automóvel, televisão e tóxico guardam em comum serem veículos para “viagens” nas quais o torturado homem de nosso tempo por alguns momentos se esquece de si mesmo e dos seus problemas neste mundo que acena para todos com as maravilhas do progresso, mas que não dá a todos a mesma oportunidade para alcançá-los. Como a droga, o automóvel e a TV são aceleradores de sensações, emoções e imagens que desintegram a matéria humana em energia errante e sem repouso pelo cosmos.

Em 1945 o famoso escritor inglês Aldous Huxley conhece os efeitos da mescalina, narrando fielmente sua experiência no livro **As portas da percepção**, título inspirado no seguinte pensamento de William Blake: “Se pudéssemos limpar as portas da percepção, tudo se revelaria ao homem tal qual é: infinito”.

Relata Huxley que a mescalina enriqueceu qualitativamente sua experiência sensível do mundo e dilatou consideravelmente sua capacidade de conhecimento, a ponto de atingir as raízes da Onisciência: “... à medida que prosseguia em minha investigação, esta análise puramente estética de artista foi sendo substituída pelo que poderia definir como a visão sacramental da realidade. Voltei ao estado em que me encontrava quando contemplava as flores – a um mundo onde tudo brilhava, animado pela Luz Interior, e era infinito em sua importância. Assim, os pés daquela cadeira – quão miraculosa a sua tubularidade, quão sobrenatural o seu suave polimento! Consumi vários minutos – ou foram vários séculos? – não apenas mirando aqueles pés de bambu, como **sendo-os**, ou melhor, sentindo-me neles; ou, empregando linguagem talvez mais precisa (pois “eu” não estava em jogo, do mesmo modo como, até certo ponto, “eles” também não o estavam) sendo minha Despersonalização na Desindividualização que era a cadeira”.

Baseado em Bergson, conclui Guxley que cada um de nós possui, em potencial, a Onisciência: “Para tornar possível a sobrevivência biológica, a torrente da Onisciência tem de passar pelo estrangulamento da válvula redutiva que são nosso cérebro e sistema nervoso.” A função do cérebro, segundo Bergson, é **eliminativa** e não produtiva, impedindo que sejamos esmagados pela massa de conhecimentos sem utilidade prática. A mescalina – escreve Huxley – nos abre o espírito para o “infinito valor de todas as coisas”, ampliando-nos desmedidamente a órbita da contemplação, ao mesmo tempo que nos anula para a ação.

Eis aí a maior tentação que certas drogas como a mescalina oferecem ao intelectual – a tentação da Onisciência, assim como outro grupo de drogas suscita no homem a sensação da Onipotência divina. A Onisciência referida por Huxley começa nos recônditos mais humildes do reino dos sentidos, especialmente na visão, extraordinariamente apurada e diversificada na percepção das cores. Será lícito concluir então que a droga faz o homem mais sábio, e o artista mais criador? Não verificou Huxley que a mescalina nos devolve “a visão sacramental da realidade” e nos ensina “o infinito valor de todas as coisas”, por insignificantes que pareçam no campo empírico normal? Deparamos aqui com a grande cilada da droga para o intelectual e o artista dominados pela ânsia fástica do conhecimento e da descoberta de novos horizontes mais profundos da experiência, ao mesmo tempo que se patenteia a fraude intrínseca a esse desdobramento artificial dos sentidos. Assim, o pintor que procura trabalhar sob o efeito da droga para atingir toda a pujança dos coloridos venezianos, compromete todo o valor da sua obra, na mesma medida do atleta que alcança a primeira classificação movido pelo estímulo do **dopping**. Nenhuma droga tem a virtude de transformar o artista num Tintoretto ou num El Greco, ou o escritor num Proust ou num Flaubert.

Que valor terá a revelação da verdade graças ao inebriamento da droga? A mescalina, segundo Huxley, revela-nos a visão sacramental da realidade e o valor infinito de todas as coisas, experiência de muito mais quilates, portanto mais **verdadeira** que a prosaica visão empírica da realidade de todos os dias. Semelhante revelação apresenta as mesmas características da experiência mística, tão profunda e iluminadora, quanto inefável, isto é, não formidável racionalmente em palavras.

Na perspectiva ocidental, desde que o homem descobriu na Grécia o uso articulado da razão, só tem valor o conhecimento explicitamente formulado em conceitos e palavras de significação controlável; algo, portanto, nos antipodas da experiência mística. Em outros termos, desde o advento da filosofia, na Grécia, a **revelação** da verdade o homem a paga com a loucura e a morte, tal como o dependente de drogas. A verdade é algo muito forte para ser revelada diretamente ao homem sem destruí-lo. A revelação mística da verdade foi substituída pelo **desvelamento** metódico da realidade, mediante o uso da razão na ciência, nas artes e na técnica, no esforço diuturno, no trabalho renovado e continuado da inteligência único apto a humanizar a vida de forma duradoura e consistente, sem extrair nem mistificação.

Para limparmos as portas da percepção não precisamos nem da experiência mística, nem da droga.

0033Basta-nos saber olhar para as coisas com amor, de modo a não violentá-las nos limites de um racionalismo dessacralizador, nem nas garras de um pragmatismo esterelizante. Olhar as coisas com amor significa descobri-las na perspectiva de sua perfeição, de sua transfiguração, pois já foi dito que o amor “é amor à perfeição do amado”. O amor é o princípio de todo conhecimento verdadeiro, e desvela em cada coisa suas virtudes ocultas, seu tesouro interior, sua sacralidade irredutível. O amor não conquista as coisas graças à hipnose ou à despersonalização, e sim graças ao diálogo com elas, num regime de alerta cada vez mais apurado e matizado. Diálogo que, ao dar a palavra às coisas, nega e supera de vez por todas o vácuo patetismo da inefabilidade mística e o charlatanismo barato da droga que vampiriza legiões de vítimas em todo o mundo, com o fácil apelo ao êxtase quimicamente condicionado, o êxtase farmacêutico, que é, afinal, a que se reduz a portentosa mistificação da droga.



Colômbia:



descongelamento começaria a ser implementado. Isso justificaria o fato de terem feito para a caderneta de poupança LBC até março e IPC a partir de abril. Na medida em que não ocorrer descongelamento teremos uma situação de impasse a partir de 15 de abril. Mudam a regra de remuneração da caderneta para permitir que continue com a LBC ou terão de reduzir significativamente os juros, para que não haja descompasso entre a remuneração da caderneta e a de outros ativos financeiros. Caso contrário, terão de retomar o ritmo inflacionário em abril para que esse descompasso se ajuste, não pela taxa real de juros, mas pela taxa de inflação, pela taxa da suposta correção monetária das cadernetas de poupança. A caderneta de poupança é um ativo muito importante na economia brasileira. Ela detém perto de US\$ 40 bilhões.

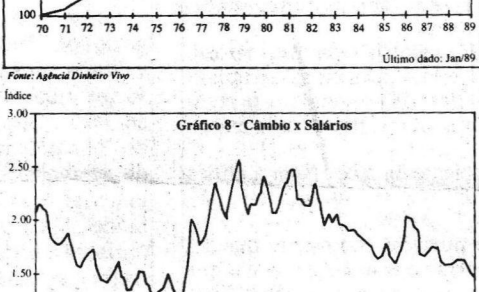
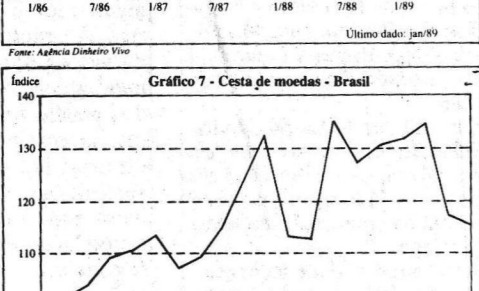
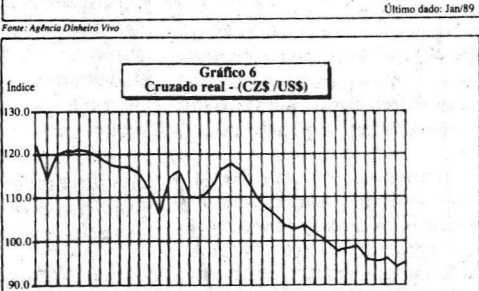
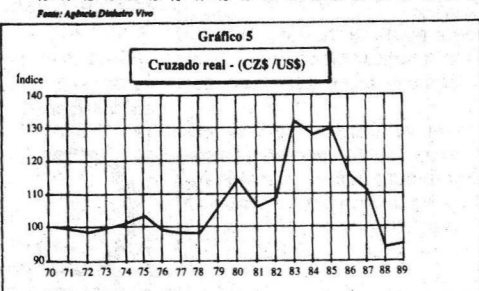
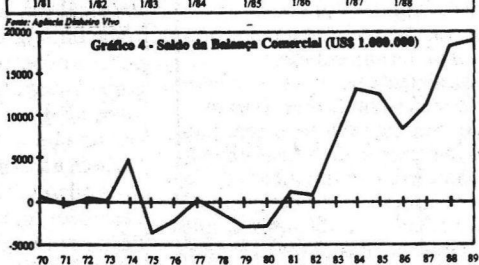
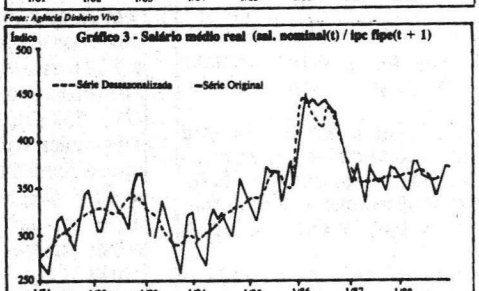
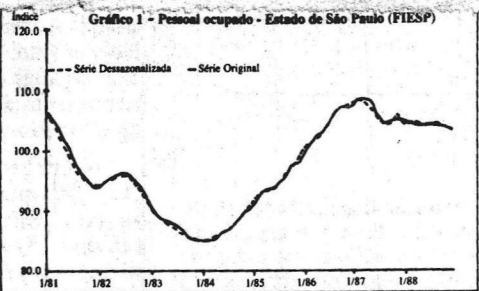
O gráfico mostra a tendência de longo prazo da caderneta de poupança em termos reais. A previsão é só até 1988, mas os números mais atualizados de que disponho são de que a caderneta capta alguma coisa entre US\$ 35 bilhões e US\$ 40 bilhões. As flutuações do saldo (que estão no gráfico seguinte) são extremamente perigosas. Todas as políticas econômicas recentes perderam a atualidade, houve uma contribuição das cadernetas de poupança. Porque seu saque implica um descontrole monetário significativo. Observem que a caderneta de poupança equivale várias vezes à base monetária. O governo pode tentar fazer uma política de controle de liquidez, mas se os detentores da caderneta decidirem fazer o jogo contrário — simplesmente sacar seu dinheiro — não há nenhuma política de juros que possa dominar essa força contrária. O Plano Cruzado teve como força dominante de seu fracasso o saque nas cadernetas, introduzindo no processo de expansão monetária uma taxa extremamente elevada.

Vamos tentar avaliar o Plano Verão de um ponto de vista mais imediato, a curto prazo. Lamentavelmente o governo brasileiro está tomando como exemplo, para sua política monetária, a política econômica argentina. A Argentina fez o Plano Austral, logo depois o Brasil fez o Plano Cruzado. Houve um novo Austral e seguiu-se imediatamente o Plano Cruzado II. Foi feito o Plano Primavera e nós fizemos o Plano Verão. Seguimos um mau exemplo, porque a política econômica argentina desses últimos anos talvez possa ser definida pela palavra desastre. A prova está no que ocorre com os resultados. O processo de desinvestimento na Argentina, a queda da atividade industrial, o processo de deterioração tecnológica, a queda do nível do emprego, a menor qualificação profissional dos argentinos, a emigração de mão-de-obra com certo tipo de qualificação, com um grande nível de investimento em capital humano.

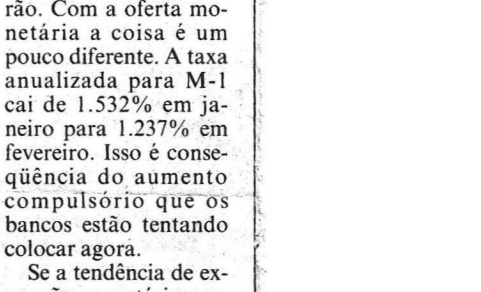
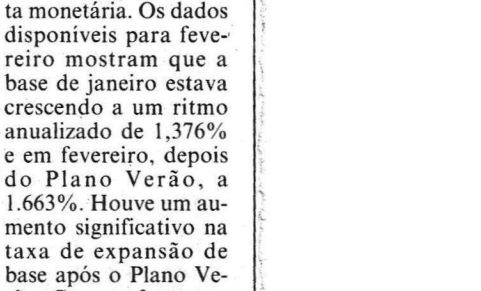
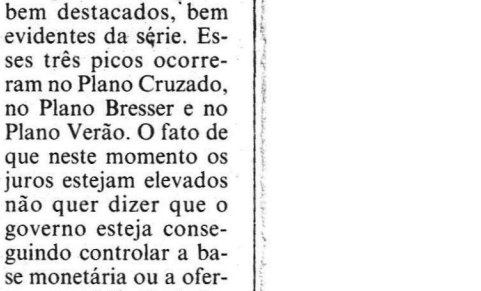
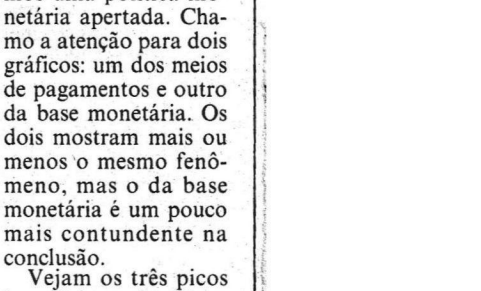
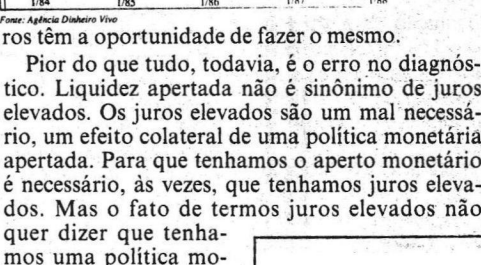
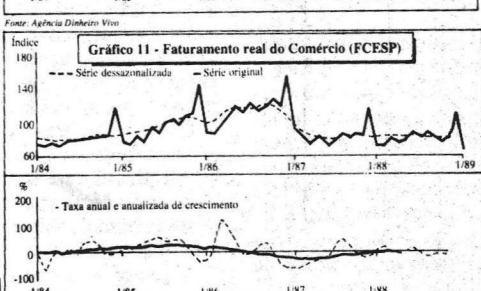
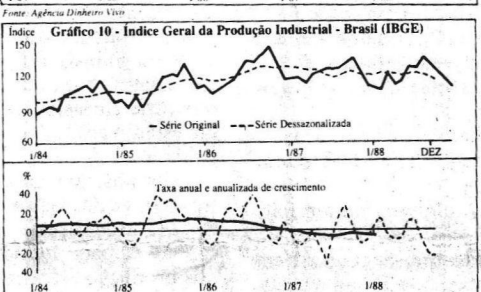
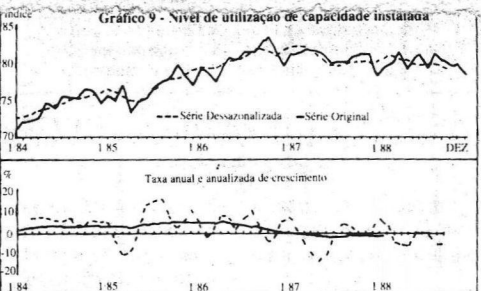
O desastre da política cambial argentina começa com a política de Martinez de Hoz, que prefizou o câmbio por um período considerável, levando a Argentina a julgar conveniente ou lucrativo importar carne, ovos, leite, todos os produtos com que, por definição, a Argentina detém vantagens comparativas. O exemplo parece-me uma evidência do erro de utilizar o câmbio como instrumento de controle da inflação. A Argentina fez isso mais vezes do que o Brasil. O Brasil tinha feito uma só vez até agora, por um período muito curto. Lamentavelmente, está fazendo isso agora.

Outro ponto é o que ocorre com os juros. Penso que nesse aspecto existe uma falha de raciocínio, talvez induzida por nós, economistas. Penso que é correto o diagnóstico de que o Plano Cruzado falhou por erro de política monetária. O problema é interpretar qual foi o erro. Há duas interpretações correntes. Uma é de que a política monetária apertada significa juros elevados. Ou seja, para alguns economistas, política econômica apertada significa juros reais elevados. Acredito que o Plano Cruzado quando começou com um juro de 1% ao mês era uma política perfeitamente correta, coerente, se pudesse ter sido mantida a inflação próxima de zero. Para que isso ocorresse nós deveríamos ter um melhor controle do que estava acontecendo com a expansão monetária.

A visão que prevaleceu na implementação do Plano Verão é que a política monetária apertada significa juros elevados. Ou seja, 1% ao mês é muito pouco. Juros reais de 3%, 4% e 5% ao ano são juros razoavelmente elevados. Em economias como a Suíça os juros reais devem ser da ordem de 2%; na economia americana devem ser de 4% a 5% ao ano; no Japão deve ficar em torno de 3% ou 4%. Em todas as economias razoavelmente estruturadas e organizadas os juros reais de 12% que tanto se discutiu na Constituinte são exorbitantes. Transitariamente se pode imaginar juros de ordem de grandeza superior a isso, mas é preciso haver a consciência clara de que isso é transitório. Não há condições de uma economia funcionar razoavelmente quando a alocação de recursos está orientada por uma taxa de preferência ao tempo de ordem de 12% ao mês.

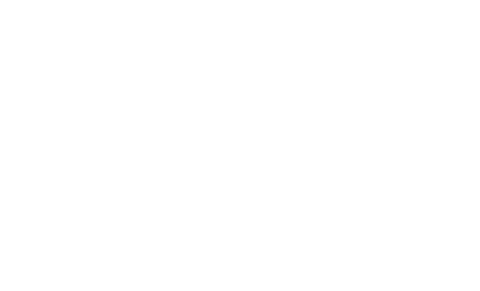
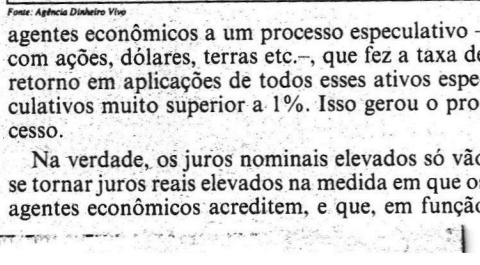
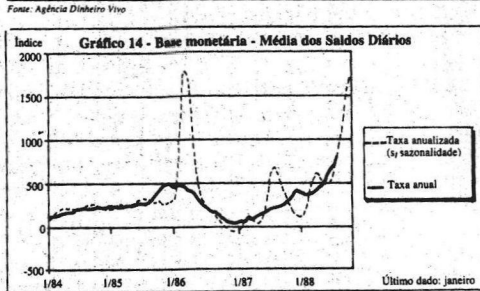
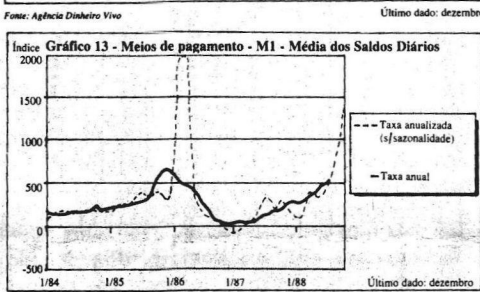
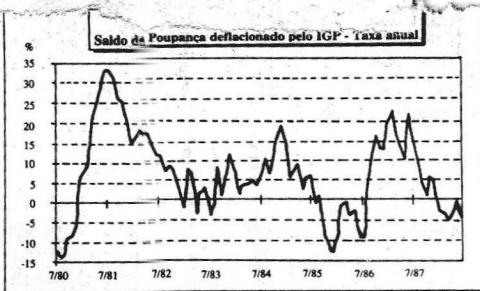


De qualquer forma se interpretou que a falha do Plano Cruzado foi a de haver apresentado juros reais muito baixos. E o Plano Verão foi exatamente para o outro extremo, com juros escorchantes de 18% ao mês — ou 15%, não importa o número. A Argentina fez isso diversas vezes e o resultado é que há transferência maciça de recursos para o exterior. Assim como há brasileiros que vão fazer a “operação catraca” e há especuladores brasileiros de posse de recursos no exterior e que



ros têm a oportunidade de fazer o mesmo. Pior do que tudo, todavia, é o erro no diagnóstico. Liquidez apertada não é sinônimo de juros elevados. Os juros elevados são um mal necessário, um efeito colateral de uma política monetária apertada. Para que tenhamos o aperto monetário é necessário, às vezes, que tenhamos juros elevados. Mas o fato de termos juros elevados não quer dizer que tenhamos uma política monetária apertada. Chamo a atenção para dois gráficos: um dos meios de pagamentos e outro da base monetária. Os dois mostram mais ou menos o mesmo fenômeno, mas o da base monetária é um pouco mais contundente na conclusão. Vejam os três picos bem destacados, bem evidentes da série. Esses três picos ocorreram no Plano Cruzado, no Plano Bresser e no Plano Verão. O fato de que neste momento os juros estejam elevados não quer dizer que o governo esteja conseguindo controlar a base monetária ou a oferta monetária. Os dados disponíveis para fevereiro mostram que a base de janeiro estava crescendo a um ritmo anualizado de 1,376% e em fevereiro, depois do Plano Verão, a 1,663%. Houve um aumento significativo na taxa de expansão de base após o Plano Verão. Com a oferta monetária a coisa é um pouco diferente. A taxa anualizada para M-1 cai de 1,532% em janeiro para 1,237% em fevereiro. Isso é consequência do aumento compulsório que os bancos estão tentando colocar agora.

Se a tendência de expansão monetária perdurar, acredito que as chances do Plano Verão serão muito pequenas, independentemente da taxa de juros ser alta ou baixa. O juro de 1% do Plano Cruzado era relativamente alto e estava quantitativamente correto. Deixou de ser correto na medida em que a liquidez que gerou levou a



disso, tomem decisões que não impliquem aceleração da inflação. O melhor exemplo ainda é o da economia argentina. O Plano Primavera também começou com juros reais exorbitantes, da ordem de 1000% ao ano. O plano acabou há algumas semanas, quando terminou todo o ajuste que tinha sido represado durante alguns meses, a única coisa que os juros elevados realmente criam é represamento do processo inflacionário. Eles não modificam a trajetória, apenas represam. É como um curso d'água.

disso, tomem decisões que não impliquem aceleração da inflação. O melhor exemplo ainda é o da economia argentina. O Plano Primavera também começou com juros reais exorbitantes, da ordem de 1000% ao ano. O plano acabou há algumas semanas, quando terminou todo o ajuste que tinha sido represado durante alguns meses, a única coisa que os juros elevados realmente criam é represamento do processo inflacionário. Eles não modificam a trajetória, apenas represam. É como um curso d'água.

O processo inflacionário é decorrência da existência da liquidez, de recursos líquidos em volume maior do que os agentes econômicos querem manter. Transitariamente, o governo pode fazer um represamento dessa liquidez do que seria a condição de longo prazo. Mas a barragem feita dessa forma é malfeita, porque não cumpre o objetivo fundamental da represa, que é aumentar o desejo de manter a liquidez. Essa liquidez que estamos criando na economia hoje é forçada. Está sendo represada porque não houve tempo para o ajuste, porque não houve motivação para manter uma liquidez. Em médio prazo vai ocorrer o mesmo fenômeno observado na Argentina. Acho que os elementos com que contamos no presente momento é uma luz laranja que está dizendo: “Atenção para o painel, porque está havendo um defeito de implementação do plano”. Lamentavelmente, os sinais indicam que não há melhora no horizonte previsível. Os jornais informam que o governo estaria prometendo aos bancos internacionais reabrir a operação de “relending”, que está pensando em reabrir operações de conversão de dívida, que foram num passado recente inflacionárias.

O autor, argentino de San Miguel de Tucumán, é livre-docente do Departamento de Economia da USP. Publicou este estudo anteriormente divulgado em palestra na Federação do Comércio - em encarte do nº 273 da revista Problemas Brasileiros.

\*Atualmente, o câmbio sofre correções diárias.



e psicológica, como observa com precisão Carpeaux. Marivaux não fosse tão pouco representado hoje em dia no Brasil — quando o é, torna-se vítima de terríveis atualizações, usadas abusiva e provincianamente —, o teatro seria com certeza um espetáculo tão popular quanto o cinema.

A superioridade do sentimento sobre as convenções sociais é uma visão típica de Marivaux. **Quand l'amour parle, il est le maitre**, diziam seus personagens mais judiciosos, e até os mais superficiais. Lisette, Angélique, Lucidor, Trivelia e Arlequin — principalmente essa figura deliciosa da **commedia dell'arte** — têm uma sabedoria intuitiva que lhes permite ensinar a viver, sem a pretensão dos eruditos nos quais Marivaux não acreditava de todo. Sua alegria assentava na certeza de que o mundo pode melhorar a qualquer instante, em cada biografia como ao longo da eternidade. Por isso foi comediógrafo. Sua leve melancolia é reconhecida como pré-romântica — e nesse particular é absolutamente contemporânea do final do século XX. No mundo, costumavam dizer o autor e seus filhos imaginários, “é preciso ser muito bom para ser razoável”. Em outras palavras, é necessário fazer tudo muito bem, uma vez que nos propomos fazê-lo. Essa tese pós-moderna, que defende a excelência pelo amor dela própria, era uma nota **yuppie** em Marivaux, que de resto foi um representante demasiadamente humano de todos os viventes.

O sentimento e o espírito refinado resultaram no preciosismo poético do Rococó (e aqui ainda é Carpeaux quem nos mostra os fatos). Situado entre as comédias fantásticas de Shakespeare e o romantismo de Alfred de Musset, ele foi melhor que os autores de epigramas da Regência, e superior aos teatrólogos que vieram logo depois. Na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, Marivaux nunca sai dos palcos, nos grandes centros. **J'ai guetté dans le coeur humain toutes les niches différentes où peut se cacher l'amour**, dizia ele num resumo de sua obra que não tinha porque ser modesto. No seu século foi chamado “moralista”, mas seu título mais justo seria o de psicólogo profundo, de anatomista de almas. As vaidades e a timidez que temperam o amor, foram sua matéria prima, e nada disso envelheceu no homem porque faz parte dele para sempre — exceção feita ao fenômeno raríssimo da santificação.

Os trabalhos de Frank da Costa (aqui, seu Robô sorridente) fizeram dele, segundo a crítica, “o artista do rejeito e o artesão da sucata”.

## CRÍTICA E LITERATURA EM CRISE

Por Fábio Lucas

**C**omo tratar dois conceitos em crise, a crítica e a literatura? E o que é mais difícil: essas duas atividades literárias numa cultura periférica?

No fundo, a crítica persegue a inteligibilidade da obra e, por detrás desta, a do mundo. Poderíamos, mediante uma ênfase metafórica, adotar a idéia de que a obra se apresenta como **língua**, enquanto a crítica seria a **fala**.

Nesse contexto, ousaríamos oferecer o deslocamento genético: só uma boa crítica é capaz de sustentar uma notável literatura.

Ou, melhor: o crítico ajuda a prolongar, na sensibilidade do leitor, o choque da obra.

**Kritikós** quer dizer **juiz de literatura**. Segundo René Welleck, o termo aparece desde o século IV na civilização ocidental.

O crítico literário obteve um importante papel no século XIX, quando se fez mediador entre a obra e o público. Este último, o inseguro público burguês, recém-alfabetizado e novo rico, sentiu necessidade do amparo de um mediador culto e avisado, que ditasse as normas do bom gosto e o orientasse na escolha das obras.

Esse mediador das preferências literárias, árbitro do gosto, da moda culta, foi o crítico, que conquistou os veículos de comunicação de massa e ali plantou a sua trincheira. Em verdade, o rodapé literário servia-lhe de canal para o controle da opinião literária.

Os tempos modernos, com a evolução da cultura de massa, acabaram por modificar aquela mediação exercida pelo crítico. De um lado, a obra foi destituída de sua aura, o escritor e o intelectual entraram no seu período de hibernação, conforme assinala o grupo de Frankfurt, especialmente Adorno.

De outro lado, o crítico perdeu o seu grau de mediação entre a obra e o leitor. Fala-se hoje na relação entre a indústria cultural e o público. O problema, portanto, se coloca no âmbito da comercialização do pro-

dutores revelam sobre a produção dos confrades. Praticamente, não há poeta, nem contista ou romancista que seja capaz de concentrar-se no trabalho alheio e dar um testemunho crítico e útil sobre qualquer escritor, passado ou presente.

A conspiração do silêncio, somada a uma visão narcisóide ou solipsista do mundo, criou entre nós dificuldades imensas para que a literatura venha novamente a se organizar em sistema e o ambiente cultural seja elevado a um estágio adulto de auto-alimentação, de debate e criatividade.

Falta-nos, portanto, um ambiente ventilado de controvérsias e de discussão produtiva.

Aqui se confirma a idéia de que, sem uma sólida crítica, não se pode formar uma robusta literatura. É que a boa produção literária necessita do estímulo e do controle da “visão armada”.

Se compararmos o ambiente intelectual que hoje vivem os portugueses com o que nos governa, teremos explicação para o momentâneo predomínio da ficção lusitana sobre a brasileira.

É que lá o clima de circulação do saber literário está ativado pelo debate, pelas controvérsias e pela crítica. No Brasil, está-se processando perigosamente o hábito de todo escritor se bastar exclusivamente com as matérias promocionais que se articulam em torno do lançamento de cada obra.

A divergência é recebida quase sempre como ofensa, o que reduz a avaliação crítica à insignificância.

Opinião pública normalmente recebe, em nosso âmbito cultural, as seguintes fontes de alimentação:

a) a crítica jornalística, geralmente pontilhada de interesses publicitários, que se manifesta no **press release**.

b) a crítica universitária, que, por sua natureza, não pode ousar na análise e no julgamento de obras contemporâneas, já que mal terá condições de trabalhar com o passado literário. Isto sem considerar o lado caricato de certa crítica universitária, pedante e exibicionista, que não ajuda a circulação e o consumo das obras literárias, nem motiva os leitores potenciais.

c) a informação meramente publicitária que, em muitos casos, se confunde ou tenta confundir-se com a própria crítica. Projeta-se, em algumas vezes, nas chamadas “listas dos mais vendidos”.

Mesmo o gênero artístico mais intimista, a poesia, encontra-se em crise. É que a manifestação egotista, transformada em depoimento sentimental, tem-se revelado incapaz de despertar o novo e o inédito. A tônica tem sido a verbalização desgastada e repetitiva.

**A** reação a isto vem-se demonstrando frutífera. João Cabral de Melo Neto e os poetas concretos, com sua oposição ao subjetivismo desordenado, de certa forma contribuíram para uma preocupação menos discursiva na produção poética.

No plano da ficção, vai-se despedindo da ambição dos escritores o poder de construir multidões e ambientes de larga espacialidade. A experiência do **roman fleuve** ficou com Otávio de Faria e sua **Tragédia Burguesa**; com José Lins do Rego e o **Ciclo da Cana de Açúcar**; ficou com Marques Rebelo, na sua tentativa de uma visão panorâmica da sociedade em **O Espelho Partido**; com Macedo Miranda e a série de romances de **A Pequena Comédia**; e com o próprio Oswald de Andrade e seu malogrado “romance mural”, **Marco Zero**.

Salvo, hoje, as situações recorrentes de Autran Dourado e de Lygia Fagundes Telles, ambos a estabelecer cadeias ficcionais numa esfera mítica, os romancistas ora padecem de falta de imaginação criadora, ora demonstram uma atitude acomodaticia na construção do texto. Não ousam a obra de longo fôlego.

Geralmente se fiam da pura temporalidade sequencial: um episódio cronologicamente ao lado de outro, estabelecendo uma causalidade mecânica.

A omissão do espaço e o escasso repertório lexical, especialmente quanto aos objetos, tornam as narrativas monótonas e pouco instrutivas. As personagens se realizam num vago universo de sombras, transitando em espaços não declarados.

Vê-se, portanto, um ambiente de crise. Nem a crítica nem a literatura atravessam uma fase fecundante, não criam estímulos recíprocos.

Talvez a consciência de situações como estas que denunciarmos ajude-nos a superar o estado letárgico a que estamos sendo conduzidos. A ilusória Nova República parece que somente pode inspirar uma transição no deserto: do árido ao inóspito.

O autor é escritor e crítico literário

cional. A ciência e tecnologia ao nível internacional haviam sido, efetivamente, a sua principal preocupação, no auge da carreira, e deixou organizado um departamento **ad-hoc** na Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Foi também nesse momento de fama em sua vida (1977/80) que a moléstia cruel o atingiu, uma paralisia progressiva que o impedia praticamente de locomover-se. Demonstrando uma coragem invulgar, foi aí que sua personalidade multifacetada se sublimou, para compensar o **handicap** físico. Com a solução na arte, aquela mesma que muitos anos antes abraçara como mero **hobby**, tornou-se um verdadeiro profissional, criando como observou um crítico suíço, uma nova “estética do **bricolage**”.

Conhecendo mais do que ninguém os efeitos de ciência e da tecnologia sobre a civilização moderna, reconheceu que a expansão do desenvolvimento industrial cria também uma poluição de lixo metálico e plástico. Foram precisamente os detritos de máquinas, aparelhos e motores que utilizou para seus **assemblages** fantásticos, com um “requite do ferro velho”, como escreveu Flávio de Aquino (em **Manchete**, 5.5.75). A arte que explora as “descargas públicas”, comentou outro crítico na **Tribune de Genève** (29.1.75) — uma arte ao mesmo tempo cartesiana, erudita, mecanicista e também irracional, humorística e quase diria kafkiana. João Frank aliás às vezes lembra Tinguely na sua malícia e na sua crítica aos aspectos mais rebarbativos da tecnologia avançada, concentrando também a ironia nos títulos de sua obras — como por exemplo, “Bumba mon Boeuf”, uma cabeça de boi com restos de material elétrico; “Machin-chouette”, uma coruja metálica; “Conclave”, um peixe cristão manufaturado inteiramente com chaves abandonadas. O uso dos objetos tecnológicos abandonados provocaram muitos críticos a observar que a arte de João Frank consistia em uma “crítica ecológica” ou um “protesto” romântico. Mas na verdade João Frank não era um “verde” e sempre desprezou essas interpretações materialistas ou simbólicas do que fazia. Ele aliás se foi refinando e complicando. “O artesão da sucata”, o “poeta do precário”, o “requeintado do ferro velho” acabou em grandes exposições e em alguns dos museus de arte moderna da Europa, inclusive no de Paris. Teve também “fases”, determinadas às vezes pelo acaso.

**C**erta vez recebeu do Itamaraty uma dúzia de velhas máquinas de escrever imprestáveis que se transformaram em construções de engenho complexo. De outra feita, adquiriu um montão de caixas de aparelhos de TV descartados e então se introverteu, construindo assemblages de cidades utópicas escondidas lá dentro. Houve uma fase de modelos cartográficos e outra inspirada por ícones bizantinos. João Frank possuía aliás uma obsessão de colecionador e, depois de servir no Peru, acumulou cientificamente um conjunto de arte pré-incáica que é hoje, provavelmente, um dos mais valiosos do mundo em mãos privadas, nesse setor.

A coleção terminará, provavelmente, enriquecendo algum museu de antropologia da Europa ou da América. Acumulou, em sua casa de Auteuil, em Paris, e na vasta residência do Cônsul Geral no Porto enormes barcos exóticos e prodigiosos, variações em torno dos **paddle wheel boats** do Mississipi, galeras, fragatas, submarinos e outras náus quiméricas, grotescas ou caprichosas, e aparelhos que sugerem um mundo surrealista como se a **fulguratio** da civilização moderna se houvera transformado numa alucinação de paranóis pós-industrial. Mas em todos esses trabalhos, revelou um refinado **sense of humour**.

É esse elemento humanístico na estética do bricolage de João Frank sem dúvida um dos elementos mais valiosos em sua obra. Reconhecido, como disse, por vários museus europeus e apresentado em exposição em Paris, Genebra, Estocolmo e Copenhague (os dados que possuo vão até 1977), uma maior divulgação do acervo no Brasil será agora possível, logo que o material reunido em sua residência puder ser distribuído. Uma personalidade fascinante como a desse diplomata-escritor-colecionador-artista merece ser melhor apreciada em nossa terra — eis que exprimiu esteticamente uma reação peculiar do homem brasileiro à civilização de máquina e da tecnologia.

O autor é embaixador, professor da UnB e escritor

Glaucio Mattoso  
Guy Sorman  
Hélio Jaguaribe  
Hermes Rodrigues Nery  
Isabel Raposo  
J.C. Ismael  
Jacob Klintonwitz  
J.J. de Moraes  
José Eduardo Faria  
José Jobson de A. Arruda

José Lino Grünwald  
João Alves das Neves  
Leda Rita Cintra Ferraz  
Leôncio Martins Rodrigues  
Luiz Carlos Lisboa  
Marcos Faerman  
Maria Tereza Sadek  
Marisa Lajolo  
Maurício Tragtenberg  
Oscar D'Ambrosio

Oswaldo de Camargo  
Renato Janine Ribeiro  
Renato Mezan  
Ricardo Ramos  
Sábato Magaldi  
Sérgio Amad Costa  
Sérgio Telles  
Virgílio Moretzsohn Moreira  
Wilson Luis Sanvito  
Wilson Martins

**Serviço Especial**  
com o melhor de  
The New York Times,  
The Washington Post,  
US News & World Report,  
L'Express, Le Point,  
Der Spiegel, Politique  
Internationale, Commentaire,  
Le Monde Diplomatique e  
Los Angeles Times